

O Historiador e o Jornalista: A História imediata entre o ofício historiográfico e atividade jornalística

Daniel Marcilio*

RESUMO: : Jornalismo e História são duas disciplinas autônomas que, no entanto, compartilham vários traços em comum. Ainda que o historiador trabalhe com o passado, e o jornalista, com o presente, suas profissões se aproximam na medida em que constroem representações discursivas sobre a realidade. Esta interdisciplinaridade abre espaço para se repensar a prática jornalística sob um ângulo diferente, que permita reconsiderar o jornalista como um historiador da atualidade. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir as relações possíveis e as divergências mais evidentes entre Jornalismo e História, além de abordar as considerações resultantes de uma reflexão sobre o encontro dos ofícios do historiador e do comunicador social, com vistas a estabelecer os espaços de aproximação e confrontação entre essas atividades.

Palavras-chave: História; Jornalismo; História Imediata

ABSTRACT: Journalism and History are two autonomous disciplines, which, however, share several common traits. Although the historian works with the past and the journalist with the present, their jobs are alike in the sense they build discursive representations about the reality. This interdisciplinary aspect opens space for one to rethink the practice of journalism from a different perspective, one that allows the journalist to be reconsidered as a historian of today. The aim of this paper is to discuss the possible relationships and the most obvious differences between journalism and history, and also to address the considerations resulting from a reflection about where the duties of the historian and the social communicator meet, with the aim of establishing the areas of proximity and confrontation between these activities.

Keywords: History; Journalism; Immediate History.

Algo acontece, e a impressão é que a mídia prontamente noticia. Por vezes, quando o acontecimento soa relevante, os jornalistas chegam a insinuar que estão diante de um fato histórico. Só que, logo à primeira vista, esta ideia parece estar equivocada. Ora, para o senso comum, a História¹ deveria ser a ciência do passado, do que já aconteceu, e não poderia abordar o que ainda está ocorrendo, o que não foi finalizado. Como explicar tal situação em que se impõe de imediato o vivido como História? De qualquer maneira, tornou-se chavão comentar que uma das vantagens de trabalhar na imprensa é poder observar de perto eventos que têm grande significado para nações inteiras, ou até mesmo para todo o planeta. Clóvis Rossi, por exemplo, no libelo **Vale a pena ser jornalista?**, após mostrar a dura realidade da rotina jornalística, destaca que

para mim, ofereceu a rara oportunidade de ser testemunha ocular de uma parte da História do meu tempo. Nem sempre é uma História agradável. [...] Mas é a História do meu tempo e eu posso até ter a ilusão de influir nela, denunciando, criticando ou simplesmente informando (ROSSI, 1986, p.53).

Porém, se os jornalistas são – como reivindicava o célebre bordão cunhado pelo “Repórter Esso”² – testemunhas oculares da história, é incorreto afirmar que eles conseguem assegurar a historicidade de um determinado fato apenas por noticiá-lo. Afinal, o que hoje surge nas prin-

cipais manchetes como um assunto importante pode não ter significado algum para as gerações posteriores. Da mesma forma, um acontecimento que passou despercebido ou foi minimizado pelos jornais talvez seja considerado fundamental para compreender um futuro próximo³.

Apesar disso, essa imagem idealizada do jornalista que escreve o primeiro testemunho do que virá a ser História possui certa sustentação. No decorrer de um único dia, as notícias envelheceram, perdendo qualquer atualidade, e, à noite, o papel do jornal velho só serve para, no entender popular, “embrulhar peixe”. Para o historiador, entretanto, aquela edição antiga se transforma também em um documento histórico, ou seja, em um registro cristalizado no tempo e passível de ser analisado a partir de um método historiográfico. Ao lado de outros textos acumulados em bibliotecas e acervos, o jornal passa a ser um lugar de memória, apenas à espera de alguém que possa interpretá-lo adequadamente. Em outras palavras, os materiais que os jornalistas produzem serão utilizados pelos historiadores como fontes de pesquisa⁴.

Além do mais, o relato de alguém que sabe, que viu ou que esteve junto ao acontecimento é fundamental, tanto para o trabalho jornalístico, quanto o historiográfico, para definir o que realmente aconteceu. O depoimento de uma testemunha garante credibilidade à notícia da mesma forma que a descrição de uma memória contribui para a apreensão do passado.

Então, a partir desses pressupostos iniciais, já se começa a perceber algumas interações que se estabelecem entre as práticas do historiador e a do jornalista. Ambas também se alicerçam na construção de discursos, de uma narrativa selecionada e organizada por um sujeito pensante que está inserido dentro de um determinado contexto histórico e social. As duas profissões, cada qual ao seu modo, procuram dar sentido às ocorrências do mundo. No entanto, há uma diferença fundamental na relação em que essas atividades estabelecem com o fato:

O historiador não tem tanto em conta, para a averiguação da importância de um determinado acontecimento, o seu interesse para o público, mas o facto de ele ter sido objecto do trabalho de sedimentação que o tempo provocou, a partir nomeadamente da ponderação dos seus efeitos. O jornalista, por seu lado, não tem ainda ao seu dispor este trabalho do tempo sobre os factos que narra para apreciar a sua importância; parte antes do pressuposto de que o público tem interesse em os conhecer. É por isso que, enquanto o historiador trabalha com factos históricos, o jornalista transforma os factos ocorridos em notícias, em factos dignos de nota (RODRIGUES, 1996, p. 58).

Dito de outra forma, o historiador está submetido aos métodos da pesquisa acadêmica, ao passo que o jornalista está mais diretamente envolvido com a lógica do mercado. Talvez alguns periódicos e programas jornalísticos sejam exceções, só que o jornalismo tende a se preocupar com a questão da atualidade e da novidade. De um modo geral, os jornalistas trabalham sob a pressão de prazos muito menores do que os historiadores, mas compensam essa deficiência pela imensa variedade de fontes a sua disposição. A Internet, por exemplo, pode transmitir as informações no exato momento em que elas ocorrem, e uma rápida procura nos mecanismos de busca consegue mostrar praticamente tudo o que foi noticiado sobre um dado tema nos últimos anos. Facilidades que não costumam fazer parte do repertório de instrumentos utilizado pelos historiadores mais tradicionais, que priori-

zam as fontes guardadas em acervos e arquivos e desconfiam da fugacidade do meio digital.

Tendo tudo isso em vista, percebe-se que, para a maior compreensão da diferença entre o ofício do historiador e a prática jornalística da produção de notícias, é necessário um olhar mais apurado sobre as duas disciplinas. Portanto, este artigo irá analisar as intersecções possíveis ao trabalhar com os espaços de convergência entre as duas atividades. Tenta-se, assim, pensar além da dicotomia óbvia que assegura o domínio do passado somente aos historiadores e a criação dos fatos do presente apenas aos jornalistas.

Percebe-se que, cada vez mais, o historiador é chamado para participar dos meios de comunicação social, a fim de esclarecer sobre os eventos da atualidade; o presente foi reincorporado aos domínios da historiografia, representando, assim, um ponto de encontro possível entre a História e o Jornalismo. Um olhar comparativo sobre o fazer jornalístico e o ofício do historiador permite distinguir melhor as duas práticas, que coincidem sem se confundirem⁵.

Considerações sobre a História

Dizem que o historiador é aquele que escreve a História. Tal afirmação, que beira a tautologia, não deixa de ter razão, mas é preciso investigá-la a fundo. Ora, não existiram historiadores em todos os tempos e sociedades, e nem por isso a memória desses povos, sem pessoas que se ocupassem intelectualmente do passado, deixou de ser registrada de alguma maneira. Tampouco a natureza da História permaneceu imutável ao longo do tempo; pelo contrário, seus significados estão em constante mudança, atendendo às exigências de cada época e cultura. Assim, responder às clássicas perguntas “o que é História?” e “qual é o ofício do historiador?” não é tarefa simples, pois jamais haverá uma resposta categórica para essas questões.

No Ocidente, é na Grécia Antiga que se encontra o embrião de uma historiografia que se propõe a alcançar a verdade, e não apenas a repetir lendas e contos sobre deuses e semi-deuses. Aliás, a própria palavra *história* vem do grego antigo *historie*, que remete etimologicamente às raízes indo-européias *weid – ver –* e a (*w*) *oida – saber*⁶. Isso remonta à ideia da visão como a fonte principal do conhecimento, da apropriação da realidade – aquele que viu, que presenciou os acontecimentos, é também aquele que sabe, que possui a autoridade para narrá-los conforme ocorreram. Assim, o gênero histórico nasce imbricado com a noção do testemunho, do relato capaz de comprovar a veracidade dos fatos, algo semelhante, como diz Paul Veyne⁷, à postura adotada pelos atuais jornalistas investigativos.

Na época helenística, a história tinha um sentido prático. Obras de registro histórico, como as de Heródoto e Tucídides, foram escritas para que os eventos políticos e militares fossem conservados na memória coletiva, a fim de que servissem como exemplo moral às épocas futuras: *historia magistra vitae*⁸, na formulação do senador romano Cícero. Esse caráter pedagógico da história, de que o passado tem algo a ensinar, até hoje está presente no senso comum, embora não seja mais tão bem aceito nos meios acadêmicos⁹.

Seja como for, desde o tempo dos gregos antigos, a forma dominante da narrativa histórica tem sido a descrição de guerras e de acontecimentos políticos; a suces-

são de eventos excepcionais liderados pelos grandes homens – monarcas e chefes militares. Os historiadores tendiam a escrever sobre seu próprio tempo, baseando-se nas suas observações e na compilação de testemunhos de primeira mão. Tal paradigma permaneceu incontestado no mundo ocidental até meados do século XVIII, até o alvorecer do Iluminismo. Estudiosos de toda a Europa começaram a se preocupar com o que poderia ser denominado de uma *história da sociedade*, que não se restringisse apenas às guerras e à política, mas que tratasse também do comércio e das leis, dos costumes e dos comportamentos.

Contudo, a História só se consolidou como disciplina autônoma a partir do século XIX que, não por acaso, também é chamado de *século da história*. Foram os historiadores desse período os responsáveis por esboçar os limites do campo histórico, estabelecendo os primeiros tratados sobre como a metodologia da História deveria se organizar para que se encaixasse nos padrões tidos como científicos. Dessa maneira, a História se libertou do jugo da literatura e da filosofia e passou a se transformar em um ofício, uma atividade profissional cuja função é reconstituir os fatos do passado por meio de um método racional. Evidentemente, esse processo de racionalização e institucionalização da História se confunde com o próprio contexto histórico-social da época, marcado pela transição entre a modernidade e a era contemporânea. Na Europa, a constituição dos Estados nacionais, ou seja, a crescente consciência de pertencer a um certo povo ou a uma determinada nação, provocou uma profunda mudança no modo de se pensar a História. À medida que a necessidade de se estabelecer a identidade nacional aumentava, os historiadores se viram convocados para a missão de legitimar, no passado, uma criação recente: a ideia de nacionalidade. A procura pela origem das raízes históricas tornou-se uma obsessão para os historiadores daquele período¹⁰.

A partir de meados do século XX, vários autores passaram também a discutir sobre o papel ocupado pela História, que se institucionalizava cada vez mais, dentro da área das ciências humanas. Entre eles, pode-se mencionar Paul Veyne, um especialista da Roma Antiga que trouxe uma série de questionamentos pertinentes. Seu livro **Como se escreve a história**, de 1971, é um texto provocador, que desmonta o conhecimento histórico, considerado como uma forma de escrita. Para Veyne, a história não passa de uma narrativa com personagens reais. Como num romance, ela simplifica e ordena as ações dos atores históricos; resume mil anos em uma página, hierarquiza reinos e impérios em ordens arbitrárias, codifica eventos e busca esquematizá-los, num enredo coerente. Diferente das disciplinas exatas, como a Física e a Química, por exemplo, não há como testar a História em um laboratório ou restringi-la a fórmulas estritas – afinal, o homem, o objeto da história, é um ser multifacetado, complexo demais para que suas ações e reações sejam comprovadas por meio de experiências. Além do mais, é impossível retornar ao passado para comprovar se determinada hipótese corresponde ao que realmente aconteceu.

Eis porque Veyne refuta o caráter científico da história: não sendo passível de leis, a história não teria método – “ela está satisfeita desde que se contem coisas verdadeiras¹¹” – e tampouco explica os processos históricos, embora os tornem mais compreensíveis à medida que estabelece as linhas causais entre os fatos. Mesmo que a História seja fundamen-

tada em fontes e documentos, esses vestígios representam somente uma fração ínfima do que ocorreu no passado, sempre restarão lacunas. Assim, um livro sobre o Império Romano é, na verdade, o relato daquilo que ainda podemos saber sobre aquele império; nesse sentido, toda obra historiográfica é um texto inacabado. A citação abaixo ilustra de forma eficaz o pensamento de Veyne e algumas de suas principais idéias sobre a História. Segundo ele,

a história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão (não sabemos quanto nos resta de não-factual a historicizar) e do qual não podemos ver todas as alas ao mesmo tempo; assim não nos aborrecemos nunca nesse palácio em que estamos encerrados. Um espírito absoluto, que conhecesse seu geometral e que não tivesse nada mais para descobrir ou para descrever, se aborreceria nesse lugar. Esse palácio é, para nós, um verdadeiro labirinto; a ciência dá-nos fórmulas bem construídas que nos permitem encontrar saídas, mas que não fornecem a planta do prédio (VEYNE, 1971, p. 133).

Três anos depois da publicação do ensaio de Veyne, o historiador Michel de Certeau escreveu o texto **A escrita da história**, que, de certa forma, também é um contraponto às indagações de Paul Veyne. Enquanto este pregava o ceticismo e o desengajamento da história, que deveria ser uma atividade intelectual inocente, sem fins políticos¹², Certeau reafirma o potencial da história como um conhecimento científico a serviço do presente. Ao dar ênfase a uma formação pluridisciplinar – em que áreas como a psicanálise, a filosofia e a semiótica contribuem para aprimorar o conhecimento histórico – ele coloca que a História designa simultaneamente três coisas distintas: um conjunto de acontecimentos que se desenrolaram ao longo do tempo; uma disciplina metódica de pesquisa, o que implica em procedimentos específicos de análise; e, finalmente, a narração dos enunciados produzidos pelos historiadores, profissionais que detêm a competência discursiva e a legitimidade social para conferir sentido ao que ocorreu no passado¹³.

Para Certeau, a instituição onde o historiador pratica o seu ofício restringe e condiciona a sua produção; há uma gama de variantes, como as pressões do cotidiano e as exigências do local de trabalho, que influenciam a escrita da história. Dessa forma, o historiador não pode permanecer alheio ao mundo, pois tem uma função social a cumprir: o saber histórico traz algo relevante para o entendimento do presente. A História é uma operação da memória. Ela possibilita a reconstrução do vivido, ao mesclar elementos literários – a narrativa histórica *per se*, repleta de floreios retóricos¹⁴, e que põe em cena personagens mortos – e critérios científicos de verificação – citações, referências, notas explicativas e assim por diante. É a remissão às fontes, portanto, que assegura algo de cientificidade à História; elas demonstram como o historiador chegou à construção dos fatos, permitindo ao leitor refazer o caminho percorrido.

No entender de Certeau, a escrita da história desempenha, na verdade, um papel simbólico de coveiro do passado, no sentido de que honra a morte, o que já passou, e ao mesmo tempo a elimina. Remontar a história é, portanto, determinar esse lugar da morte, mas também é “redistribuir o espaço das possibilidades, determinando negativamente aquilo que está por fazer para, assim, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como meio de estabelecer um lugar para os vivos”¹⁵. Fazer história nada mais é do que mediar um diálogo entre os homens do passado, que voltam à vida através das palavras do histo-

riador, e os homens do presente, que passam a se localizar melhor no tempo histórico, percebendo a si mesmos como iguais ou diferentes daquelas gerações que se foram.

O máximo que a História pode ambicionar é uma série de aproximações sucessivas: a passos lentos, e confrontando as informações de antigos registros, a nossa compreensão sobre os eventos históricos se aperfeiçoa, mas jamais corresponderá rigorosamente a eles.

Portanto, em linhas gerais, a constituição da atividade do historiador transformou-se de uma história cujo conhecimento estava restrito a alguns poucos eruditos – escribas, monges reclusos, filósofos – a uma história institucionalizada. O historiador tornou-se um professor, um especialista profissional, que desfruta do reconhecimento dos seus pares e da sociedade, ao incorporar a função de guardião da memória coletiva.

O ser jornalista e a formação das notícias

Assim como os historiadores, os jornalistas não são uma categoria social homogênea, embora sejam, de modo geral, oriundos da classe média, pelo menos na maioria dos países do ocidente. Sob o termo *jornalistas* se insere uma variedade muito grande de atividades individuais: do âncora televisivo, cujo salário ultrapassa os três dígitos, ao modesto repórter iniciante, todos compartilham, ao menos no nome, a mesma profissão. Ora, o chefe da redação cumpre uma função mais administrativa, de controle e distribuição de tarefas, do que propriamente um trabalho jornalístico – aliás, os jornalistas mais bem pagos costumam se concentrar nos cargos de administração, deixando de lado o jornalismo *genuíno*, de investigação, entrevistas e redação de matérias. Por isso, “jamais a categorização do ou da jornalista dirá muita coisa sobre a profissão, suas mudanças e dilemas”¹⁶.

O jornalismo não é, portanto, uma profissão fechada – suas fronteiras são difusas e sua atividade se confunde com o campo enorme da comunicação social. Não raro, encontramos jornalistas no ramo do entretenimento, trabalhando como Relações Públicas de empresas e flertando com a publicidade. Diferente do historiador, cuja atuação é, *grosso modo*, circunscrita às cátedras universitárias ou às salas de aula da educação básica, o fato é que o jornalista se move em um espaço fluido, de múltiplas possibilidades de trabalho. Dependendo do país, existem expectativas diferentes sobre como o jornalista deve agir. Jorge Pedro Souza¹⁷ oferece os exemplos do Reino Unido, onde o jornalista é visto como um relator cuidadoso dos acontecimentos ou, por vezes, como um lutador político de certas causas; na França, espera-se que o repórter seja um comentarista e intérprete dos fatos, emergindo como um intelectual do cotidiano.

Acima de tudo, há um consenso em torno de uma imagem quase missionária do jornalismo: comprometido com a sociedade, ele teria o papel de fiscalizar as instituições públicas e proteger o povo dos eventuais abusos dos governantes. *Quarto poder, cães de guarda da sociedade, responsabilidade social*: expressões que já se tornaram clichês, mas que estão ligadas ao cerne da atividade jornalística.

No livro **Elementos do Jornalismo**, Bill Kovach e Tom Rosenstiel tentaram resumir a natureza do jornalismo ao elencar nove itens fundamentais, que regeriam o exercício da profissão.

1. A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade

é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência (KOVACH & ROSENTIEL, 2003, p. 21-22).

Ao mesmo tempo, os jornalistas reivindicam o monopólio de um conjunto de técnicas e também de um talento único da profissão: a perspicácia para descobrir o que pode se tornar notícia. No jargão jornalístico, isso costuma ser chamado de *faro para notícias*, algo intuitivo que somente os bons repórteres dispõem e que os tornam capazes de captar, no cotidiano, aqueles fatos que precisam ser transmitidos pelos meios de comunicação de massa. Afinal, saber da ocorrência desses acontecimentos tornou-se indispensável para qualquer um que queira participar da complexa vida social contemporânea.

É a ideia apresentada por Lorenzo Gomis, no livro **Teoria del periodismo**: as notícias são imprescindíveis porque formam o que ele conceitua de *presente social*, entendido como um “tempo de referência da ação coletiva”¹⁸. Para Gomis, a principal tarefa dos jornalistas é envolver a sociedade em um presente social coeso, que sirva de referência e que seja contínuo, além de ser simultaneamente “bastante novo para que nos impressione e bastante velho para que possamos conhecê-lo e comentá-lo, que é uma maneira de assimilá-lo e dominá-lo”¹⁹.

Por essas razões, o público leitor de jornais, quando adquire o exemplar do dia, nas bancas de revista, ou contrata uma assinatura, busca saciar a sua inesgotável necessidade por notícias, embora a mesma coisa não se aplique a quem assiste à televisão, ouve o rádio ou navega na Internet – pois, nesses casos, pode ser que a pessoa não esteja à procura de informação jornalística, mas queira apenas se entreter. Por outro lado, talvez seja melhor relativizar um pouco esta última frase, pois nem todas as publicações impressas têm como objetivo informar os leitores com notícias verídicas; algumas visam apenas distrair o público com histórias de entretenimento. Os tablóides são a expressão máxima disso: produtos midiáticos reconhecidamente sensacionalistas que apelam, de forma descarada, à imaginação, sem se preocuparem com a credibilidade. Nos Estados Unidos, o *Weekly World News* ficou famoso por suas manchetes mirabolantes, que incluíam uma suposta reunião secreta entre os presidentes norte-americanos Bill Clinton e John Kennedy e a descoberta de ruínas alienígenas na lua²⁰.

Em tese, os jornais parecem cobrir um amplo espectro de acontecimentos do cotidiano, abordando todos os assuntos importantes e de interesse geral. Mas, conforme salienta Pierre Bourdieu, os jornalistas partilham de determinadas estruturas invisíveis, “*óculos* especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem”²¹. Então, os jornalistas são selecionadores por natureza, observam a realidade e só conseguem relatar uma parte dela.

Portanto, à semelhança de um historiador ou cientista político, o jornalista seleciona e hierarquiza aquilo que quer priorizar em seu texto. Ele pode descrever um fato, mas só conseguirá narrá-lo até o limite de seus conhecimentos e de sua própria competência dis-

cursiva, sem esquecer das relações de poder que se estabelecem nas instituições midiáticas.

O historiador norte-americano Robert Darton²², que trabalhou durante muitos anos como jornalista no *The New York Times*, a partir de sua experiência profissional, demonstrou como as notícias são realmente construídas dentro das salas de redação. Na maioria das vezes, considera-se que os jornalistas escrevem tendo em mente um público alvo: o texto, por ser relevante a um grupo específico, deve despertar o interesse da leitura. Darton, ao contrário, afirma que os repórteres agem sempre em um contexto hierárquico e bastante competitivo: em primeiro lugar, buscam agradar seus editores – os responsáveis por definir as matérias que saem no noticiário. Num segundo instante, procuram saber a opinião dos seus pares, outros colegas jornalistas, os quais legitimam ou não a notícia a ser publicada, além de assegurarem a relevância da matéria; e, só depois, tratam de redigir uma versão para um público particular. Uma notícia pode não ser veiculada se contrariar os interesses do dono do jornal, e a empresa pode optar por um determinado candidato em período eleitoral pelo qual o repórter não simpatize, por exemplo.

Sociólogos, cientistas políticos e especialistas em comunicação têm produzido uma vasta literatura sobre os efeitos dos interesses econômicos e tendências políticas no jornalismo. No entanto, parece-me que eles não têm conseguido entender a maneira como trabalham os repórteres. O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem formas sob influência de técnicas herdadas de contar histórias (DARTON, 1990, p. 96-97).

O que faz os jornalistas darem destaque a certos atributos da realidade, e não a outros, são características como sua trajetória de vida, sua cultura e sua visão de mundo. Para Antonio Hohlfeldt, o profissional de comunicação tem plena consciência de que exerce a função de “intermediário entre o acontecimento e sua narratividade”²³. Daí a importância de ressaltar que “o relacionamento entre fontes primeiras e jornalistas, bem como as diferentes etapas de produção informacional, seja ao nível de captação da informação, seja seu tratamento e edição e, enfim, sua distribuição” depende, primeiramente, de escolhas pessoais e profissionais.

Assim, chega-se à conclusão lógica de que toda a notícia é uma informação, mas nem toda a informação é uma notícia jornalística. Cabe ao jornalista pinçar, na realidade social, os acontecimentos que têm potencial para se tornarem notícias, já que a atividade jornalística cumpre, em essência, “um papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade publicamente relevantes”²⁴. O repórter nunca relata os fatos da forma em que eles ocorreram, mas constrói, através do discurso jornalístico, uma espécie de *mundo possível*, conceito cunhado por Rodrigo Alsina. Com isso, o autor quis dizer que uma reportagem é sempre o resultado daquilo a que o jornalista teve acesso, do que foi possível de ser reconstruído. A notícia seria, então, uma “representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”²⁵.

Mas, afinal, por que os jornalistas consideram um fato, notícia? Os manuais da disciplina indicam definições banalizadas pelo senso comum do jornalismo. Em **O jornalista profissional**, John Hohenberg reconhece que o conceito de notícia, na realidade, varia em função do veículo,

e que não existe nada de estático a respeito do que seja a notícia. “Para os matutinos, é o fato que aconteceu ontem; para os vespertinos, o fato de hoje. Para as revistas, o acontecimento da semana passada. Para as agências noticiosas, emissoras de rádio e televisão, é o que acabou de ocorrer”²⁶. Por isso mesmo, ele fornece apenas as quatro exigências básicas da notícia: “precisão, interesse e atualidade. A essas qualidades, deve ser acrescentada uma quarta, a explicação. Qual a vantagem de um noticiário preciso, interessante e atual, se os leitores não o entendem?”²⁷.

Em **Introdução ao jornalismo**, de F. Fraser Bond, cuja primeira edição data de 1954, as classificações da notícia são dadas de forma um tanto arbitrárias. Segundo o autor, são quatro os fatores que determinam o valor de uma notícia: a *oportunidade*, a *proximidade*, o *tamanho* (no sentido de dimensão da notícia; para ele, tanto os fatos muito pequenos quanto os muito grandes atraem a atenção do público) e a *importância* (embora ele alerte que, mesmo um acontecimento trivial, se inculcado de interesse, pode muito bem ter mais valor jornalístico do que outras informações relevantes e significativas, porém enfadonhas e repetitivas). Fraser Bond continua sua discussão empírica sobre as notícias ao apresentar doze categorias de classificação para as matérias jornalísticas: “interesse próprio”; “dinheiro”; “sexo”; “conflito”, “insólito”, “culto do herói e da fama”, “expectativa”, “interesse humano”, “acontecimentos que afetam grandes grupos organizados”, “disputas”, “descoberta e invenção” e “crimes”. Ele ainda arrola mais doze pontos que regeriam a seleção natural das notícias, todos muito semelhantes aos que já haviam sido descritos antes.

O **Manual de redação da Folha de São Paulo**²⁹ não foge desse esquema de critérios e relaciona o *imediatismo*, *improbabilidade*, *interesse*, *apelo* (curiosidade que possa despertar), *empatia* (identificação com personagens e situações) e *proximidade* como determinantes para decidir quais fatos devem ser noticiados. O problema de tais sistematizações é que elas são bastante superficiais: descrevem sem explicar o motivo das notícias serem do jeito que são. Essas definições são amplas demais, podem servir a uma miríade de circunstâncias. Se esses critérios fossem mesmo levados à risca, cairíamos neste extremo descrito por Nelson Werneck Sodré:

Se alguém morreu, fugiu, casou, divorciou-se, partiu da cidade, deu um desfalque, foi vítima de um incêndio, teve uma criança, quebrou uma perna, deu uma festa, vendeu uma fazenda, deu à luz gêmeos, teve reumatismo, ficou rico, foi preso, veio à cidade, comprou uma casa, roubou uma vaca, roubou a mulher do vizinho, suicidou-se, caiu de um avião, comprou um automóvel, fugiu com um belo homem – isso é notícia. E, então, telefone para a redação (SODRÉ, 2011, p. 577-578).

Em último caso, é o jornalista quem decide onde está a notícia. As fontes podem até indicar qual é a informação mais importante sobre um determinado assunto, mas o repórter detém a decisão final de estabelecer o que é noticiável. Assim, os jornalistas, além de participarem da realidade social, como em qualquer outra profissão, contribuem para organizar essa realidade, por meio de uma forma narrativa, simbólica, e, ao divulgá-la, convertem-na em um conhecimento público sobre o presente. Em contraste com os historiadores, que reconstroem o passado, os jornalistas têm a primazia sobre a atualidade. Porém, ao longo do século XX, o presente foi incorporado aos domínios da História - o passado recen-

tíssimo tornou-se objeto de estudo do historiador, mesclando as duas atividades profissionais em uma abordagem específica: a *História imediata* ou a *História do tempo presente*.

A História imediata

No ano de 1690, a primeira tese acadêmica sobre o jornalismo foi apresentada na Universidade de Leipzig, na Alemanha. O texto, escrito por Tobias Peucer, foi intitulado **De relationibus novellis**³⁰ e é composto por apenas 29 parágrafos. Apesar do pequeno número de páginas, este ensaio é merecedor de atenção especial porque aproxima o jornalismo do conceito de narração e história – e talvez seja o primeiro escrito a refletir sobre essa relação. “Não há nada que satisfaça tanto a alma humana como a história, seja qual for a maneira como tenha sido escrita”³¹, começa o artigo de Peucer. Desse excerto inicial, podemos retirar um elemento indispensável para a compreensão do jornalismo: o fascínio pela história, em sua dupla conotação de narrativa e de reavivamento do passado. No fim das contas, a história é um tipo de conhecimento ligado a uma forma de prazer e de empatia; é a curiosidade natural de querer conhecer o outro, saber como ele vive, por quais situações passou e o que ele sente.

Aliás, no trabalho de Peucer, mal dá para perceber a distinção entre história e jornalismo. De fato, o autor utiliza os dois termos quase como sinônimos, e isso se torna cada vez mais evidente ao longo do texto. Para ele, a prática jornalística é a construção da história da vida diária; o jornalista escreveria uma historiografia dos eventos relevantes – “dos fatos históricos mais importantes” – e, assim, põe em ordem escrita a “memória dos acontecimentos”. Peucer, no parágrafo III, caracteriza duas formas de se fazer a história: a que se apresenta como um fio contínuo, conservando a sucessão precisa dos fatos históricos e sendo, portanto, denominada *universal*; e a outra, em que os acontecimentos são dados de forma dispersa, desordenada, uma miscelânea de coisas esparsas. Os jornais seriam um exemplo desta última forma de se escrever a história. Afinal, os relatos jornalísticos são, no fundo, notificações variadas de coisas que aconteceram recentemente, em qualquer lugar do mundo. Limitam-se a uma exposição sobre o que ocorreu e não costumam ser escritos para perdurar no tempo, já que são escritos tendo em vista satisfazer à curiosidade humana, e não à posteridade³². Tobias Peucer acredita que o jornalista escreva um primeiro rascunho da história, como fica claro nesta frase:

Se acontece que a partir deles [os jornais] as coisas narradas passam também à história estritamente dita, há de se compreender que nem todos, mas somente de uns poucos, os que foram registrados com uma certa acurácia e aplicação é que passam à história. Porém, a maior parte deles, por ter sido escrita de forma precipitada a partir de rumores e de cartas pouco certas, não chegam a superar os anos (PEUCER, 2000, p. 14-15).

Dessa forma, Peucer alerta para que os historiadores tenham cuidado ao utilizar os jornais como fontes primárias, pois tomar os periódicos como documentos confiáveis pode obscurecer a memória da posteridade. De qualquer forma, as colocações de Tobias Peucer são incrivelmente atuais, pois podem auxiliar na discussão de questões colocadas pelo que

hoje se concebe como *História imediata*. É quando o historiador procura estudar um período histórico inacabado no qual ele mesmo se insere. Nesse sentido, ele não se restringe à interpretação do discurso dos outros; o próprio historiador é uma testemunha do desenrolar da história. Viver o calor dos eventos históricos impede que se tenha o mesmo distanciamento de, digamos, analisar a história do Império Carolíngio, que desapareceu há mais de mil anos. É uma história em que a percepção individual, subjetiva, vincula-se à esfera dos grandes acontecimentos. O olhar retrospectivo do historiador Eric Hobsbawm, ao evocar uma lembrança vívida de oitenta anos atrás, evidencia como a história se constitui na memória:

Os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. Para este autor, o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte disso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho (HOBSBAWM, 2011, p. 14).

O parágrafo acima é uma citação do livro **Era dos extremos**, uma obra que Hobsbawm admite ter relutado um pouco em escrever. Ele tinha receio de que sua condição de *observador participante*³³ dos eventos – afinal, o século XX, o tema do livro, quase coincide por completo com o seu tempo de vida – pudesse transformar o texto numa autobiografia. Mesmo assim, ele correspondeu à tarefa, ao construir uma narrativa histórica que supera os preconceitos e opiniões pessoais, mas que não deixa de ser alicerçada em suas lembranças. A bem da verdade, não existe uma fórmula que despegue o historiador por completo dos preconceitos do seu tempo, e o fato da pesquisa ser afastada do presente, por duzentos ou trezentos anos, não garante, de modo algum, esse despojamento.

É comum, para um historiador, mostrar interesse pelos acontecimentos de sua época. Como intelectual especializado em remontar a trajetória dos homens no tempo, o historiador julga ter a capacidade de observar para além das aparências dos acontecimentos. Enquanto os jornalistas se contentam com a árvore da atualidade, o historiador é o único a perceber suas raízes mais profundas, enxergando a totalidade dos fatos, ou seja, suas causas e antecedentes.

Tal *história imediata* não é uma prática nova – é, no mínimo, tão antiga quanto a própria História – mas só recentemente foi legitimada como objeto de estudo historiográfico pela academia. Importantes pensadores publicaram textos que, na época em que foram feitos, podem ser considerados referenciais dessa abordagem histórica. Leon Trótski, ao escrever uma **História da revolução russa**³⁴, estava realizando um trabalho de história imediata que, em alguns pontos, tratava de acontecimentos que ele mesmo liderou – Trótsky estava vinculado como ator social aos eventos que descrevia. Da mesma forma, o general romano Júlio César, em **Guerra das Gálias**³⁵; Tucídides, em **História da guerra do Peloponesso**³⁶; e Marc Bloch, autor do manuscrito **A estranha derrota**³⁷, sobre a atuação da França na Segunda Guerra, todos eles estavam produzindo, cada um à sua maneira, uma modalidade de História imediata, ainda que não estivessem cientes disso. Porém, não é a mesma situ-

ação de certos livros sobre a História do Tempo Presente, tais como **O dezoito brumário de Luís Bonaparte**³⁸, obra de Karl Marx, que analisa o processo revolucionário francês de 1848. Apesar de ter escrito próximo dos acontecimentos, Marx não participou diretamente deles – e isto é o que distingue a História imediata, o envolvimento direto do historiador.

História contemporânea, História do tempo presente, História imediata: para não confundir os termos, muitas vezes utilizados de forma indiscriminada, cabe fazer uma breve diferenciação. É consensual entre os historiadores o entendimento de que a História contemporânea corresponde ao período de consolidação do sistema capitalista, assim como o avivamento das suas contradições internas e sua hegemonia em escala global. Resumidamente, estender-se-ia desde o início da Revolução Burguesa, de 1789, até os dias atuais, embora o marco inaugural da contemporaneidade seja motivo de debates acirrados entre os historiadores. De qualquer modo, há elementos de ruptura nessa periodização – ela não constitui um quadro contínuo. É nessas etapas, ou subperíodos, que se insere a História do tempo presente; esta é tão somente a fase mais recente da História contemporânea.

De acordo com as colocações de Hobsbawm, a História do tempo presente seria a história do próprio tempo vivido pelo historiador, independente de ter presenciado quaisquer marcos históricos significativos – como, por exemplo, o advento da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria:

Se a maioria de nós reconhece os principais marcos da história mundial ou nacional em nosso tempo de vida, não é porque todos nós passamos por eles, muito embora alguns de nós possam de fato tê-lo feito ou mesmo ter percebido na época que eram marcos. É por isso que aceitamos o consenso de que são marcos (HOBSBAWM, 2010, p. 244).

No entanto, Bernstein e Milza discordam dessa afirmação. Segundo eles, essa visão parece tributária de uma ideia positivista da história, cuja objetividade é alcançada pela ausência de participação pessoal do historiador no objeto que ele estuda. Além disso, eles consideram que não existe uma delimitação definitiva entre uma história do passado e uma história do presente: as fronteiras são mutáveis, variáveis e imprecisas. “Não existem clivagens permitindo separar uma história do passado de uma história do presente porque não há entre elas nenhuma solução de continuidade”³⁹.

A História imediata está entranhada na História do tempo presente. É imediata porque equivale ao instante, ao que está ocorrendo agora – uma espécie de últimas notícias do campo historiográfico. Historiadores e jornalistas trabalham, neste caso, com o mesmo objeto – os acontecimentos da atualidade – e, portanto, suas atividades encontram um ponto de convergência. Jean-Pierre Rioux especifica que a História imediata:

tomou emprestado e interiorizou, mais do que se diz, algumas boas receitas da imprensa. Na escolha de seus temas, impelida pela atualidade e submetida à pressão das testemunhas e dos atores que desejam que sua experiência seja rememorada numa produção ou co-produção históricas. Em suas práticas de pesquisa de campo e no uso do gravador. No estilo mais conciso da escrita e na cor, por vezes, mais cambiante de seu relato. Em suma, em seu contacto permanente com a exigência dos vivos e a impetuosidade do atual (ROUX, 1999, p. 123).

René Rémond⁴⁰ diferencia a História imediata ao ponderar sobre o peso da duração: na História do Tempo presente (da proximidade) há o caráter do tempo cronológico, enquanto na História imediata, há apenas a instantaneidade dos eventos sucessivos. O interesse cada vez maior pela História imediata está relacionado ao pleno desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa. Ora, tal crescimento acelerado permite que imensas quantidades de informações sejam veiculadas de maneira instantânea, no exato momento em que o fato ocorre, alcançando qualquer lugar da Terra em matéria de segundos. Contudo, essa superabundância de informação acaba resultando, de modo geral, em um conhecimento fragmentado sobre a realidade: há muita subinformação – informação de má qualidade – na mídia, gerando notícias superficiais, que nublam a real compreensão dos acontecimentos. Nas palavras de Eduardo Galeano:

Nunca falta uma guerra ou guerrinha para levar à boca dos telespectadores famintos de notícias. Mas os informadores jamais informam e os comentaristas jamais comentam qualquer coisa que ajude a entender o que está acontecendo. Para tanto, teriam de começar por responder às perguntas mais elementares: (...) Quem ganha com esta tragédia? (GALEANO, 2002, p. 122).

Pierre Bourdieu⁴¹ explica que isso se deve a uma mentalidade jornalística do tipo *índice de audiência*: embora não estejam inteiramente conscientes disso, os jornalistas condicionam a informação de acordo com seu sucesso comercial. O mercado é que legitima, em parte, a relevância da notícia; isto é analisado pelo jornalista Leandro Marshall, que observa:

A imbricação dos cânones da lógica publicitária com os princípios da imprensa e do jornalismo fez com que hoje o processo de produção, processamento e distribuição da informação seja de natureza essencialmente light, relativista, transgênica, marketizada, mercantilizada e mercadorizada. Os jornais passam a ser feitos preferencialmente para agradar a todos e, sobretudo, o capital. Diluem-se as referências e os imperativos que sustentavam os pilares do jornalismo idealizados pelas cartilhas e pelos manuais (MARSHALL, 2003, p. 91).

Descaracterizados desse jeito, os jornais não parecem contribuir para uma apreensão crítica do presente. Por vezes, as notícias *naturalizam* os acontecimentos, que assumem um caráter de inevitabilidade: na mídia, os fatos acontecem porque tinham que acontecer. Os eventos são reduzidos a conjunturas locais, a especificidades ínfimas, e

cada fato está divorciado dos demais fatos, divorciado de seu próprio passado, e divorciado do passado dos demais. A cultura de consumo, cultura de desvinculação, nos adentra à crença de que as coisas acontecem sem motivo. Incapaz de reconhecer suas origens, o tempo presente projeta o futuro como sua própria repetição, o amanhã é outro nome do hoje: a organização desigual do mundo, que humilha à condição humana, pertence à ordem eterna, e a injustiça é uma fatalidade que estamos obrigados a aceitar ou aceitar (GALEANO, 2002, p. 215).

Este cenário caótico poderia ser amenizado pela implementação, na prática jornalística, de pressupostos históricos, isso é, se o repórter trabalhasse a matéria para além da imediatidade do evento, ele conseguiria conferir uma racionalidade histórica aos fatos. Ao estabelecer relações

entre os elementos da notícia, a reportagem ganha consistência – é uma forma eficaz de expor as engrenagens dos fatos, é inverter a concepção da atualidade dominada pelo sensacionalismo, que se destina ao consumo fácil e banalizado. Jean Lacouture, historiador vinculado à terceira geração dos *Annales*, considera que o caso dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein é paradigmático para entender a relação entre Jornalismo e História. Eles eram dois jornalistas de plantão que decidiram investigar a fundo o arrombamento em um prédio chamado Watergate. A princípio, parecia mais um assalto comum, sem maior importância, mas estes dois repórteres não trataram de apenas descrever uma ferida: queriam abri-la para depois a curar⁴² e, desse modo, descortinaram o escândalo político que culminou na renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon.

O mesmo Jean Lacouture, no artigo intitulado **A história imediata**, problematiza as dificuldades de se fazer essa proposta de construção histórica: “o investigador imediato ignora o epílogo e nisso difere do historiador”⁴³. Ele não tem como prever o desfecho dos eventos que estuda, já que a História imediata, por definição, é uma história inconclusa. Assim, o historiador pode incorrer em alguns erros compreensíveis, como sobrevalorizar fatos que, no longo prazo, serão considerados irrelevantes, ou tratar como decisivo algo passageiro - características que também estão presentes no discurso jornalístico. Sem conhecer o devir histórico, o pesquisador do imediato tem, por outro lado, a possibilidade de arriscar um número maior de hipóteses para o seu trabalho. O presente é um campo de probabilidades, uma história em movimento, e não saber como aquilo que se estuda irá acabar pode ser, às vezes, uma vantagem. “Conhecer o final de um combate leve talvez a subestimar o vigor e o dinamismo do vencido⁴⁴”. Talvez o historiador, ao refletir sobre as mudanças históricas, trabalhe melhor quando considera o curso da história de forma independente do resultado dos acontecimentos.

Para Lacouture, o jornalista é um historiador do presente. Porém, ele aponta um grave problema na atividade do jornalista: a caoticidade das fontes. O tempo presente apresenta uma diversidade enorme de fontes – a informática multiplicou exponencialmente a informação, a ponto de podermos pesquisar sobre qualquer assunto em um único computador com acesso à Internet. Há também os suportes mais tradicionais, tais como a fotografia, o cinema, os registros sonoros e a publicidade – todas constituem um olhar diverso sobre o acontecimento, que pode ser analisado por múltiplos ângulos. Não seria exagero afirmar que temos à disposição mais registros históricos a respeito de um único dia na Segunda Guerra Mundial do que sobre uma dinastia inteira do Egito Antigo. O jornalista-historiador, entretanto, precisa estar atento aos interesses escondidos por trás das fontes. Afinal, como diz Lacouture, “não há grupo, personagem ou instituição que não tenha a sua zona de sombra a preservar e que não responda à luz intempestiva com a ocultação definitiva”⁴⁵.

Além disso, a proximidade da História imediata permite que se faça uso de fontes privilegiadas: os testemunhos orais. Como os protagonistas dessa história ainda estão vivos, negligenciar seus depoimentos provocaria danos irreparáveis na reconstituição histórica dos acontecimentos. Aqueles que presenciaram diretamente os eventos mantêm acesa uma memória mais quente, passional e vívida do que ocorreu. Ainda que seja inevi-

tável encontrar relatos parciais nessas lembranças, repleta de lacunas, o historiador tem a oportunidade de interagir com a pessoa entrevistada, que passa a ser um interlocutor da pesquisa. As intervenções da testemunha, ao trocar e aferir informações, acabam por nortear as reflexões históricas. O testemunho de alguém é uma prova genuína dos eventos: a pessoa esteve lá, viu e sentiu algo, e é isso que certifica, em última instância, a existência dos fatos. “Este livro é um pedaço da História, da História tal como eu a vi”⁴⁶, anuncia o jornalista John Reed, na primeira linha de seu clássico **Dez dias que abalaram o mundo**.

De certa maneira, o historiador imediatista – e, neste termo, se insere também o jornalista – é o único que produz a História, tanto como campo de conhecimento, quanto como fonte de referência material. O diálogo entre repórter e entrevistado, entre pesquisador e testemunha, gera documentos particulares, que servirão como base para futuras pesquisas e análises históricas. Apesar da imediatidade dessa história, acreditamos no que conclui Bernstein e Milza: “por seus objetivos, seus métodos, suas fontes, a história do presente não difere em nada da história do século XIX”⁴⁷. A História não perde o seu rigor metodológico ao tratar de um tempo tão próximo, e o historiador começou a realizar um trabalho próximo do jornalístico quando se envolve com o tempo presente.

Considerações Finais: Práticas que se relacionam

Os jornalistas, junto com os historiadores, criam representações constantes sobre o mundo. Eles não são meros compiladores de histórias; documentar os acontecimentos é apenas uma de suas atribuições, mas o seu papel principal é fazer com que as pessoas compreendam melhor a realidade social em que vivem. Dessa maneira, a tarefa, tanto do historiador quanto do jornalista, consiste em expurgar as sombras que obscurecem a verdade dos fatos. Afinal, sem informações confiáveis, não há como uma sociedade moderna sobreviver – ela depende e precisa de relatos verídicos para se orientar e funcionar. Ambas as profissões estão, portanto, comprometidas com um ideal de verdade; não no seu sentido absoluto ou filosófico – de certo modo, inatingível – mas na sua forma prática e funcional. Os historiadores reconhecem que não existem verdades históricas irretocáveis – há apenas abordagens historiográficas diferentes⁴⁸, sendo que cada uma delas contribui, a seu modo, para a apreensão do passado. O jornalismo precisa ter a mesma consciência de que as notícias são uma maneira, entre tantas outras, de se interpretar a realidade do tempo presente.

Os bons jornalistas deveriam se esforçar para garantir uma espessura histórica às notícias – contextualizá-las, para usar uma expressão em voga. Interpretar o presente com uma profundidade maior: esse é o desafio dos jornalistas. O que não quer dizer que os jornalistas tenham que se tornar historiadores ou vice-versa. Jornalismo é uma coisa e História é outra, só que os historiadores não detêm o monopólio sobre a fala do passado, nem os jornalistas, a do presente. Trata-se de um pensamento ambicioso; o repórter não se contentaria em relatar as notícias, mas procuraria explicá-las historicamente. Tal constatação exige que os jornalistas possuam uma base mínima de conhecimentos sobre

a história contemporânea; sem isso, não há modo de se noticiar com exatidão certas situações atuais, como os conflitos no Iraque ou a irrupção da Primavera Árabe, por exemplo.

As questões que a História busca responder são as mesmas expressas no *lead*⁴⁹ jornalístico: “O quê?”, “Quem?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?” e “Por quê?”. É o método de questionar as fontes, buscar saber o que aconteceu. A História imediata, o recorte mais próximo do tempo presente, é, no fundo, o jornalismo bem apurado. Ora, é graças ao jornalismo que se consegue perceber a realidade social como um presente consistente, e não como uma fugacidade de vários instantes transitórios. Daí considerar-se, muitas vezes, o Jornalismo como fonte primária da História.

Porém, existem claras diferenças no fazer jornalístico e no ofício historiográfico. O jornalista, em princípio, compromete-se com a comunicabilidade do discurso midiático. Como escreve para um público amplo e diversificado, o repórter procura, ao preparar a sua matéria, confeccionar um texto claro, preciso e atraente, que siga as regras dos manuais de redação.

O historiador, por sua vez, tem outras inquietações com que se ocupar. Ao produzir ensaios e teses dentro do universo acadêmico, o historiador se dirige a seus pares, outros intelectuais. O texto historiográfico tende a utilizar recursos gramaticais mais elaborados, pendendo a um estilo mais formal de escrita. Ao mesmo tempo, percebe-se a ascensão de um fenômeno novo no mercado editorial brasileiro: livros de história elaborados por jornalistas. Obras como **1808**⁵⁰, de Laurentino Gomes, e **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**⁵¹, de Leandro Narloch, tornaram-se *best sellers*, entraram para a lista dos livros de não-ficção mais vendidos no país. A comunidade dos historiadores identifica e reconhece o propósito desses trabalhos: são obras de divulgação, não se tratam de investigações historiográficas originais e não costumam fazer pesquisa de arquivo.

O problema é que tais histórias, escritas como relatos jornalísticos, não possuem o rigor da pesquisa acadêmica e, assim, é provável que cometam omissões e deixem passar certos equívocos, além de poderem reforçar clichês ou preconceitos já superados. Laurentino Gomes, por exemplo, assume um papel de narrador neutro, mas o subtítulo de seu trabalho – “Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil” – expressa um incontestável juízo de valor, algo que costuma ser condenado pela historiografia. O historiador nunca deve julgar o passado com olhos do presente, e os jornalistas ainda precisam aprender esta lição: se conhecessem os métodos historiográficos, talvez conseguissem escrever livros sobre história que unissem o melhor de duas áreas. Nesse sentido, cabe mencionar, ainda que brevemente, as exceções, como a diferença entre os livros de Elio Gaspari e os de Narloch. Enquanto Gaspari publicou uma série de volumes⁵², resultado de anos de pesquisa em arquivos e depoimentos privilegiados, sobre a Ditadura Militar do Brasil, Narloch apresenta uma versão da história brasileira como se fosse a única digna de crédito, incontestável por si só. Não é o mesmo jornalismo escrevendo história.

O dilema da neutralidade, por sua vez, não passa de uma ilusão. Qualquer discurso exige um posicionamento, e até mesmo o fato de sugerir a neutralidade manifeste uma tomada de posição. O que o historiador e o jornalista podem almejar, isso sim, é uma postura

de isenção: sem esconder os valores que delimitam as suas perspectivas dos acontecimentos, as duas profissões devem clarificar, da forma mais objetiva possível, o seu modo de pensar a realidade. Para o historiador, isso significa explicitar os conceitos e construções teóricas que pautam a sua leitura do passado, o que pode levar à identificação com alguma linha de pensamento específica (marxista, estruturalista, pós-modernista, etc.); para o jornalista, representa manter um princípio de transparência e honestidade intelectual ao noticiar os fatos.

As conexões entre Jornalismo e História são evidentes demais para serem ignoradas. Como campos de conhecimento, estão tão próximos a ponto de se interseccionarem. Por isso, há um diálogo constante entre as duas atividades, que trabalham, em última análise, com a compreensão do ser humano, suas ambiguidades e seus dilemas. Ambas estão comprometidas, poeticamente, com a vida em todas as suas dimensões, o ciclo infinito de nascimentos e mortes, ainda que a História reivindique um saber científico, e o Jornalismo se dedique à representação da realidade contemporânea. O filósofo Albert Camus⁵³ afirmou, certa vez, que o jornalista é o historiador do instante; ora, se isso é verdade, então os elementos da historiografia contribuem para aprimorar a eficácia do fazer jornalístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto. 1996.
- _____. **Jornalismo: Matéria de primeira página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2008.
- ARBEX JR, José. **Showrnalismo: A notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela. 2001.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. Vol. 2, São Paulo: Ática. 1990.
- BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: Especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes. 2004.
- BÊDARIDA, François. "Tempo presente e presença da História". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.
- BELTRÃO, Luiz. **Introdução à filosofia do jornalismo**. São Paulo: EDUSP. 1988.
- BENATTI, Antonio Paulo. "História, ciência, escritura e política". In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. (Orgs.) **Narrar o passado, repensar o futuro**. Campinas: UNICAMP. 2000.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir. 1962.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

- CADIOU, François. **Como se faz história:** Historiografia, método e pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes. 2007.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Rodrigo. **Domínios da História:** Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.
- CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC. 1999.
- CHAVES, Daniel Santiago; OGASSAWARA, Juliana Sayuri. **Tempo presente: encontros possíveis entre jornalistas e historiadores.** In: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº29, Rio, 2009.
- DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette:** Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar:** A escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM. 2002.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê. 1987.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo:** Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós. 1991.
- GOODY, Jack. **O roubo da história:** Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto. 2008.
- GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos:** O breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Companhia das Letras. 2011.
- _____. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras. 2010,
- HOHENBERG, John. **O jornalista profissional:** Guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Interamericana. 1981.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação:** Conceitos, escolas e tendências. São Paulo: Vozes. 2001.
- JENKINS, Keith. **A história repensada.** São Paulo: Edita Contexto. 2007.
- KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo.** São Paulo: Geração. 2003.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo:** Norte e sul. São Paulo: EDUSP. 1997.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques (Orgs.). **A nova história.** Coimbra: Almedina. 1978.
- LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis: Vozes. 1982

- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp. 2010.
- MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus. 2003.
- MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC. 1992.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan. 2002.
- NORA, Pierre. “O acontecimento e o historiador do presente”. In: LE GOFF, Jacques (Org.) **A nova história**. Lisboa: Edições 70.1986.
- PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios da produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. In: **Anos 90**. (Revista do Programa de Pós Graduação em História). Porto Alegre, v. 1, n. 19/20, 2004.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto. 2005.
- PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. In: **Revista Comunicação & Sociedade**. Nº 33, São Paulo/São Bernardo do Campo: Umesp, 2000.
- PROST, Antoine. **Doze lições de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2008.
- QUEIROZ, Tereza Aline Pereira; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **A história do historiador**. São Paulo: Humanitas. 1999.
- RÉMOND, René. “Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução”. In: FERREIRA, Mariete de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Comunicação e História: Interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2008.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes. 2009.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **O discurso mediático**. Lisboa: sem editora. 1996 (mimeo).
- ROSSI, Clóvis. **Vale a pena ser jornalista?** São Paulo: Moderna. 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo/Porto Alegre: INTERCOM/EDIPUCRS, 2011.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Vol. 1, Florianópolis: Insular. 2005.
- VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** São Paulo: Brasiliense. 1984

Notas

* Formado em Comunicação Social - Jornalismo, pela PUCRS, e estudante do curso de História na UFRGS.

¹ O termo “História”, com a inicial em maiúscula, será utilizado neste trabalho para diferenciar a disciplina histórica, que remete a uma pluralidade de métodos e *escolas*, da simples sucessão de fatos ocorridos no passado. Em parte, essa diferenciação se deve a certa deficiência da língua portuguesa que designa, sob uma mesma palavra, o que outros idiomas têm por hábito distanciar, como é o caso de *History* e *story* em inglês.

² Este *slogan* foi criado para o Repórter Esso em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, em substituição à frase anterior, “o primeiro a dar as últimas”. A alteração serviu para enfatizar a principal característica do programa: buscar a confirmação da notícia antes de divulgá-la. Para mais detalhes, ver KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso: A síntese radiofônica mundial que fez história**. Porto Alegre: EdIPUCRS. 2008. p.52.

³ Um exemplo é a edição da “Folha de São Paulo” de 10 de novembro de 1989, um dia depois da queda do Muro de Berlim. O jornal optou por dar a manchete de capa para a cassação da candidatura do apresentador Sílvio Santos à presidência do país, a despeito do que representava o Muro em termos históricos e geopolíticos (ARBEX, 2001, p.26).

⁴ Cada vez mais, a imprensa é utilizada como fonte primária pelos historiadores. Em um breve levantamento feito nos anais do XXIV encontro da ANPUH (Associação Nacional de História), de 2007, constatou-se que quase 70% dos trabalhos sobre o século XX utilizavam a mídia como fonte histórica (RIBEIRO e HERSCHMANN, 2008, p. 14).

⁵ Embora não se queira, aqui, qualificar ou desqualificar uma prática em relação à outra, mas sim frisar a tendência convergente e, muitas vezes, conflituosa entre os dois ofícios (LACOUTURE, 1978)..

⁶ A etimologia do termo ‘*história*’ é discutida na obra de LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp. 2010, p. 18.

⁷ Cf. VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** São Paulo: Brasiliense. 1984, p. 21

⁸ “História mestra da vida”, na tradução literal do latim.

⁹ Ver KOSSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Nesse capítulo, o historiador alemão discute, entre outros argumentos, que a História, para servir de modelo aos homens de todas as épocas, teria de aceitar a imutabilidade da natureza humana.

¹⁰ Pierre Nora (1986, p.50) observa que a própria palavra *origem* se encontrava em boa parte dos títulos da produção histórica francesa, exemplificando com as obras **Les origines de la France contemporaine**, de Hippolyte Taine, **Les origines du christianisme** e **Les origines de la monarchie franque**, embora não cite os autores destes dois últimos livros. .

¹¹ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora UNB. 1995, p. 22

¹² “A história é um dos produtos mais inofensivos que a química do intelecto jamais produziu; ela desvaloriza, desapaixona, não porque restabeleça a verdade contra os erros partidários, mas sim porque a sua verdade é sempre decepcionante e porque a história da nossa pátria se revela rapidamente tão maçante quanto a das nações estrangeiras”. In VEYNE, Paul. *idem*, p. 103.

¹³ CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1982, p.66.

¹⁴ Afinal, para tornar o passado inteligível, é necessário que se realize certas alterações criativas no relato histórico. “O tempo é escorçado; os detalhes, selecionados ou realçados; a ação, resumida; não com o intuito de distorcer os personagens e acontecimentos, mas sim para dar-lhes vida e significado” (LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: University. 1985, p. 218. Tradução do autor).

¹⁵ CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. op. cit. p. 107.

¹⁶ MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: O desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus. 2009, p. 57.

¹⁷ SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos. 2002, p. 86.

¹⁸ GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo: Cómo se forma el presente**. Barcelona: Paidós. 1991, p. 29. Tradução do autor.

¹⁹ Ibidem, p. 41 – 42.

²⁰ SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006, p. 78

²¹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997, p. 25

²² DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990, p. 86.

²³ HOHLFELDT, Antonio. “Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação.” In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. São Paulo: Vozes. 2001, p. 204

²⁴ RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. op. cit., p. 47.

²⁵ Ibidem, p. 14.

²⁶ HOHENBERG, John. **O jornalista profissional**. Rio de Janeiro: Interamericana. 1981, p. 68.

²⁷ HOHENBERG, John. **O jornalista profissional** op. cit., p. 69.

²⁸ BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir. 1962, p. 91 – 92.

²⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de Redação**. São Paulo: Publifolha. 2001

³⁰ “Os relatos jornalísticos”, na tradução de Paulo Rocha Dias

³¹ PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. In: **Revista Comunicação & Sociedade**. São Paulo/SBCampo: Umesp. 2000. n. 33, p. 14 -15.

³² Ibidem, p. 25.

³³ “Recorri ao conhecimento, às memórias e às opiniões acumulados por uma pessoa que viveu o breve século XX na posição de ‘observador participante’, como dizem os antropólogos sociais, ou simplesmente como um viajante de olhos abertos.” (HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX (1914 – 1991)**. op.cit., p. 8).

³⁴ TRÓSTKY, Leon. **História da revolução russa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1990, 3 vol.

- ³⁵ CÉSAR, Caio Julio. **Guerra de las Galias**. Valladolid : Santaren. 1943
- ³⁶ TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: Ed. UnB. 1999.
- ³⁷ BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Rio de Janeiro: Zahar. 2011
- ³⁸ MARX, Karl. **O 18 brumário de Napoleão Bonaparte e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.
- ³⁹ BERNSTEIN; Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC. 1999, p.128.
- ⁴⁰ RÉMOND, Réne. “Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução”. In: FERREIRA, Mariete de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996, p. 207.
- ⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. op. cit.
- ⁴² LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques (Orgs.). **A nova história**. Coimbra: Almedina. 1978, p. 322
- ⁴³ Ibidem, p. 321
- ⁴⁴ Ibidem, p. 324
- ⁴⁵ Ibidem, p. 326 -327.
- ⁴⁶ REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010, p. 31.
- ⁴⁷ BERNSTEIN; Serge; MILZA, Pierre. “Conclusão”. In: **Questões para a história do presente**. op. cit. p. 127.
- ⁴⁸ Contudo, isso não significa dizer que todas as interpretações do passado têm a mesma credibilidade. O conhecimento histórico sempre necessita do respaldo às fontes, e afirmar que todos os modos de se pensar a história são válidos seria a absolvição de correntes sub-históricas, como o revisionismo, que apenas nega os fatos sem nada argumentar.
- ⁴⁹ Lead é uma expressão inglesa que significa *liderar*. No jargão jornalístico, é um termo que designa o parágrafo inicial das notícias, fornecendo ao leitor um resumo do assunto.
- ⁵⁰ GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil. 2009.
- ⁵¹ NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya. 2011.
- ⁵² Até o momento, o jornalista Elio Gaspari escreveu quatro livros sobre a Ditadura, publicados pela Companhia das Letras entre 2002 e 2004: “A Ditadura Envergonhada”, “A Ditadura Escancarada”, “A Ditadura Derrotada” e “A Ditadura Encurralada”. O quinto volume da série, que deve se chamar “A Ditadura Acabada”, ainda não foi publicado e não tem previsão de lançamento.
- ⁵³ CAMUS, Albert apud. LACOUTURE, Jean. A história imediata. op.cit., p. 320.